

CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site A Notícia Alagoas



Faixa etária entre 41 e 60 anos é a que mais possui débitos

Um terço da população brasileira está endividada

De uma população de pouco mais de 216 milhões, pelo menos 73 milhões pessoas (ou 33,8% do total) estão hoje endividadas, segundo estudo recente elaborado pelo Serasa. A perspectiva é de que a inadimplência continue subindo.

A faixa etária entre 41 e 60 anos é a que enfrenta mais restrição (35%), seguida pela de 26 a 40 anos (34%); acima de 60

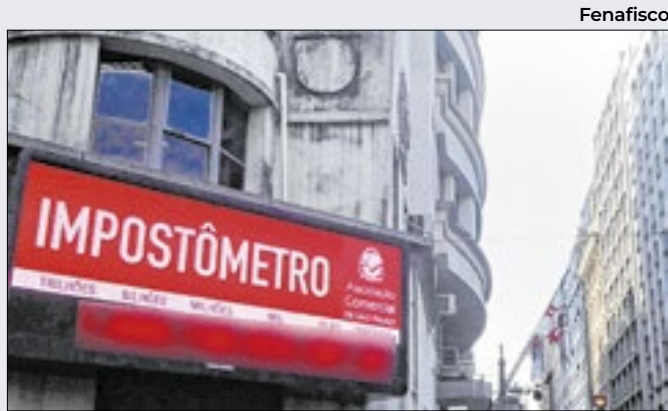
anos (19,2%) e os jovens entre 18 e 25 anos (11,8%). Para a professora de administração e finanças da FEA-USP, Liliam Carrete, será difícil começar o ano de 2025 sem dívidas, devido ao pico atingido pelos juros. Segundo ela, mesmo sendo necessário diminuir o consumo, isso é muito difícil porque há muitos estímulos para que as pessoas comprem no fim do ano.

Renda futura

De acordo com Liliam, "me endividar significa ter um compromisso de pagamento de altos juros e isso vai consumir minha renda futura. O ideal é reduzir, ao máximo, o consumo e quitar o máximo de dívidas, para entrar em 2025 com menos dívida possível".

Sinal de alerta

Para a mestra da FEA-USP, a segunda medida para o endividado é tentar renegociar a dívida já no começo de 2025, uma vez que, quando este acumula um débito muito elevado, em relação à renda (que comprometa mais de 30% do salário), já se acende um sinal de alerta



Fenafisco

Arrecadação de 2024 superou em 18,4% aquela de 2023

Brasileiro pagou R\$ 3,6 tri em impostos neste ano

Uma montanha de arrecadação recorde, que totaliza R\$ 3,6 trilhões pagos ao Fisco pelos brasileiros em 2024. Esse é o montante atingido pelo Impostômetro – indicador do quanto a população arca com impostos num determinado ano – painel permanente exposto pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), no últi-

mo domingo (29). Ante o mesmo período de 2023 (R\$ 3,04 trilhões), o valor deste ano representa alta de 18,4%. Segundo o economista da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa, o avanço decorre de maior atividade econômica, elevação da renda e geração de empregos, sem contar a inflação e ajustes tributários recentes.

Consumo

Para Gamboa, "o aumento da arrecadação, seja estadual, federal ou municipal, está diretamente ligado ao crescimento da atividade econômica. Com a expansão da atividade econômica, especialmente impulsionada pelo consumo, a arrecadação cresce".

ICMS

Para o economista da associação, outro elemento determinante da alta foi a elevação das alíquotas do ICMS em diversos estados, medida estratégica para elevar a participação na arrecadação futura do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e outros tributos.

Alta

Ao totalizar R\$ 80,1 bilhões de créditos às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em 2024, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) obteve uma alta de 46% na modalidade, em relação a 2023, quando disponibilizou R\$ 54,8 bilhões.

MPMEs

Em 11 meses, os agentes financeiros parceiros do BNDES responderam pela aprovação de crédito no valor de R\$ 100,4 bilhões a empresas de todos os portes, em que as MPMEs representaram 80% do valor, ante R\$ 74,5 bilhões no total, e 73% para o segmento, no ano passado.

Último Focus do ano projeta recuo pífio do IPCA em 2024

Indicador cai de 4,91% para 4,9%, mas o de 2025 sobe para 4,96%

Por Marcello Sigwalt

Coerente com a perda de valor do real, face ao desajuste fiscal (proposita?) recorrente, o último boletim Focus do ano – consulta semanal do Banco Central (BC) a mais de 100 instituições financeiras – recuou, de modo pífio, a projeção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deste ano, de 4,91% para 4,9%, ratificando, pelo terceiro ano seguido, o 'estouro' da meta de inflação para 2024, fixada em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2025, porém, o mercado elevou, pela décima primeira vez seguida, a estimativa para 2025, que passou de 4,84% para 4,96%, subiu de 4% para 4,01% para 2026 e aumentou de 3,81% para 3,83%, para o ano seguinte.

Assim como o ínfimo recuo da expectativa inflacionária, a perda de dinamismo da economia fica patente na 'estabilização' da projeção do PIB para este ano, mantido em 3,49%, ao passo que para 2025, a ati-



Asserj

Mesmo com recuo insignificante para 4,9%, IPCA supera teto da meta (4,5%)

vidade recuou de 2,02% para 2,01%, o mesmo ocorrendo para 2026, que 'encolheu' de 1,90% para 1,80%, mas parou em 2%, para 2027.

'Dominante' sobre os indicadores mencionados, a Selic continuou mantida em 11,75% ao ano para 2024, mesmo já no patamar de 12,25% ao ano, e a perspectiva de dois novos

aumentos de um ponto percentual, nas próximas reuniões do Copom.

Mesmo 'modus operandi' valeu para 2025, que permaneceu em 14,75% ao ano, seguida de leve alta, de 11,75% ao ano para 12% ao ano, para 2026, e ficar 'estacionada' em 10% ao ano para 2027. A previsão de superávit comercial de 2024

caiu de US\$ 74,3 bilhões para US\$ 74,15, mas ficou estável em US\$ 74,3 bilhões para 2025.

A previsão de entrada de investimento estrangeiro no país em 2024 baixou dos US\$ 70,5 bi para US\$ 70 bi, mantida em US\$ 70 bi para 2025 e subiu de US\$ 74,7 bi para US\$ 74,9 bi, para 2026, e de US\$ 76,47 bi para US\$ 76,68 bi, para 2027.

Dívida bruta chega a 77,7% do PIB

A DBGG – que abrange Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 77,7% do PIB (R\$ 9,1 trilhões) em novembro de 2024, redução de 0,1 ponto percentual (p.p.) do PIB em relação ao mês anterior, por conta da variação do PIB nominal (-0,6 p.p.); do resgate líquido de dívida (-0,3 p.p.); da evolução dos juros nominais apropriados (+0,7 p.p.) e do efeito da desvalorização

cambial (+0,2 p.p.).

No ano, o aumento de 3,9 p.p. do PIB resulta sobretudo da incorporação de juros nominais (+6,9 p.p.), da emissão líquida de dívida (+0,7 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada (+0,9 p.p.), do reconhecimento de dívida (+0,2 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-4,7 p.p.).

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 61,2% do PIB (R\$ 7,2 trilhões)

em novembro, reduzindo-se 0,3 p.p. do PIB no mês, como reflexo dos impactos da desvalorização cambial de 4,8% no mês (-0,6 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,5 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,8 p.p.), e do déficit primário (+0,1 p.p.).

No ano, a DLSP elevou-se 0,8 p.p. do PIB, em função, sobretudo, dos impactos dos juros nominais (+7,3 p.p.), do déficit primário (+0,5 p.p.),

do reconhecimento de dívidas (+0,2 p.p.), do efeito da desvalorização cambial de 25,0% acumulada no ano (-2,7 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-3,9 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,4 p.p.), e do ajuste de privatizações (-0,3 p.p.).

No setor público consolidado, houve déficit primário de R\$ 6,6 bilhões em novembro, ante déficit de R\$ 37,3 bilhões no mesmo mês de 2023.

Nova alta do dólar demanda leilão do BC

Reprodução site Modalmais



Desconfiança do mercado induz à nova alta do dólar

Por Marcello Sigwalt

Ante à nova escalada do dólar, cuja cotação bateu a casa de R\$ 6,24, na tarde dessa segunda-feira (30), que marca o último pregão de 2024, não restou ao Banco Central (BC) outra alternativa, a não ser realizar novo leilão cambial, vendendo ao mercado US\$ 1,815 bilhão à vista.

Como atestado da dificuldade enfrentada pela autoridade monetária para preservar o valor do real, após o leilão, às 14h19, a moeda ianque cedeu muito pouco terreno, ao recuar apenas 0,12% a R\$ 6,1853 para venda. Durante o certame, o BC aceitou 14 propostas, com uma taxa de corte de 6,1740, entre 13h56 e 14h01.

Desde 12 de dezembro, quando teve início o ciclo de intervenções cambiais, face à deterioração da moeda tupiniquim, a autarquia já 'queimou'

US\$ 32,59 bilhões das reservas internacionais do país (US\$ 21,59 bilhões em leilões à vista e US\$ 11 bilhões com compromisso de recompra).

Como efeito colateral da desvalorização cambial, o real avança célere para fechar 2024 como uma das moedas de pior

desempenho do mundo, como consequência das preocupações crescentes com o cenário fiscal doméstico, agravados pelo viés favorável ao dólar. Assim, o padrão monetário estadunidense detém alta acumulada de 27% ante à de Pindorama, em 2024.

Os últimos dados divul-

gados pelo BC mostram que a autarquia tinha, no dia 26 de dezembro de 2024, US\$ 347,081 bilhões na reserva, embora se destaque que alguns leilões não foram contabilizados. Um mês antes, esse valor era de US\$ 365,196 bilhões.

Nos últimos meses, investidores têm se mostrado cada vez mais receosos com o compromisso do governo em equilibrar as contas públicas, particularmente depois do anúncio duplo pelo Executivo no fim de novembro de um pacote de contenção de gastos e de um projeto de reforma do Imposto de Renda.

Em que pese a aprovação, pelo Congresso Nacional, dos três projetos do pacote de corte de gastos, o mercado questiona a eficácia das medidas na contenção das despesas e duvidam da determinação federal de reduzir a dívida pública.

Futuros sobem, mesmo com pessimismo

As taxas dos DIs fecharam a última sessão do ano em alta, com ganhos anuais de mais de 500 pontos-base para alguns contratos, à medida que investidores consolidavam suas apostas baseadas em um profundo pessimismo com o cenário fiscal brasileiro e refletiam sobre as perspectivas para o próximo ano.

No fim da tarde, a taxa do DI (Depósito Interfinanceiro) para janeiro de 2026 estava

em 15,435%, ante 15,351% do ajuste anterior. Já a taxa do contrato para janeiro de 2027 marcava 15,955%, em alta de 20 pontos-base ante o ajuste de 15,751%.

Entre os contratos mais longos, a taxa para janeiro de 2029 estava em 15,76%, em alta de 23 pontos ante 15,527% do ajuste anterior, e o contrato para janeiro de 2031 tinha taxa de 15,47%, ante 15,251% na última sexta-feira (27).

Em meio a uma sessão de agenda macroeconômica esvaziada e com poucas notícias no radar, também marcada por um volume fraco de negociações, investidores consideravam as expectativas para 2025 a fim de determinar suas posições no último pregão do ano.

Nesse ponto, as projeções do mercado para a economia brasileira continuam pessimistas.

No relatório Focus divul-

gado pelo Banco Central nesta segunda, o mercado elevou pela décima primeira vez consecutiva suas projeções para a inflação ao final de 2025, agora em 4,96% ao ano, de 4,84% na semana anterior, mantendo-se acima do teto da meta, que é de 4,5%.

Ainda para 2025, os economistas reduziram a estimativa para o crescimento do PIB, agora em 2,01%, ante 2,02% na semana anterior.